

Os sujeitos da comunicação

Wagner Luiz Ferreira Lima *

Prof. Dr. Em Língua Portuguesa (UERJ, 2006)

Taís de Cássia Badaró Alves*

Doutoranda pelo Programa de Sociologia Política da UENF; Mestre em História pela Universidade Severino Sombra(USS); Especialista em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (FFC); Professora de Ciência Política e Teoria do Estado da UNIG-Campus V. taisbadaro@yahoo.com.br

Resumo

O presente estudo tem como objetivo propor uma reflexão acerca dos papéis dos sujeitos na comunicação. Dessa forma, a noção do “eu” como primeira pessoa vincula-se à consciência de que o indivíduo tem de si mesmo. Somente emprego “eu” no intento de se dirigir a alguém, que será, na minha alocação, um tu: não é suficiente para promover a subjetividade sem intersubjetividade. Dentre os diversos teóricos que discutem o tema, optou-se pelas contribuições de Patrick Charaudeau, devido à encenação que praticam os sujeitos do discurso, no ato da encenação que desempenham no processo comunicativo.

Palavras-chave: sujeitos do discurso; comunicação jurídica; linguagem.

Abstract

This study aims to propose a reflection on the roles of the subjects in communication. Thus, the notion of "I" as the first person is linked to the awareness that the individual has of himself. Only use "I" in an attempt to go to someone who will, in my speech, a you: it is not enough to promote the subjectivity without inter-subjectivity. Among the many theorists who discuss the issue, it was decided by contributions from Patrick Charaudeau due to staging practicing the subject of the speech, in the act of staging that play in the communicative process.

Keywords: Subjects of discourse. Legal communication. Language.

1. Introdução

Torna-se necessário que o indivíduo passe a conhecer sua identidade, reconhecendo a si próprio como ser pensante. Essa percepção identitária está intimamente associada à de alteridade, cujo fundamento está na tomada de consciência de si a partir da existência do outro.

Em Retórica, o *ethos* integra, juntamente com o *logos* e o *pathos*, a trilogia aristotélica dos meios da prova cujos componentes se voltam, primeiramente, para a designação das virtudes morais (prudência, benevolência etc.), ao se buscar credibilidade e, logo após, para a dimensão social (caráter e tipo social) da pessoa ou do público que o orador deseja atingir.

Em Pragmática, *ethos* associa-se à imagem do locutor como oposição ao sujeito empírico situado no exterior da linguagem. Nessa hora, o suposto sujeito se vê revestido de certos caracteres que, em consequência, tornam essa enunciação aceitável e

desejável, ou seja, as modalidades de seu dizer podem caracterizar melhor o sujeito do que aquilo que ele afirma sobre si mesmo. Isso constitui a base teórica da polifonia.

Quanto à Análise do Discurso, Maingueneau retoma a essência do *ethos* retórico, ao considerar que o enunciador legitima seu dizer por meio de uma posição institucional e de sua relação com um saber, transpondo os limites do papel e do estatuto, de modo a apreender uma voz e um corpo, assim como o tom do discurso.

Feita essa breve incursão epistemológica, pelo menos em termos de estudos acerca de sujeitos do discurso ou da comunicação, optamos pela concepção da Análise do Discurso preconizada por Patrick Charaudeau, que não apenas engloba aspectos das outras disciplinas linguísticas, mas também oferece conceitos que instrumentalizam leitor/produzidor/intérprete do discurso, ao evidenciar que sujeitos com existência real, que atuam no nível situacional, podem, simultaneamente, aparecer como sujeitos que desempenham papéis no nível do discurso.

Para Charaudeau (1992), a produção do discurso, apesar de condicionada em certa proporção pela situação comunicativa, delimita o enfoque, ficando as escolhas e as estratégias a serem utilizadas na formulação do contrato de comunicação a critério dos seres que atuam no âmbito da comunicação.

2. Considerações Preliminares

Estudar os sujeitos da comunicação leva-nos a refletir acerca do papel da subjetividade na linguagem, o que “nada mais é que a capacidade do locutor de se posicionar como sujeito. Aliás, é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 456).

Kerbrat-Orecchioni (1984), ao ampliar o trabalho de Benveniste, pesquisa com mais acuidade a descrição desses lugares de ancoragem na subjetividade languageira. Na esteira de Charaudeau e Maingueneau (2004, p.456-457):

A autora amplia o inventário dos marcadores de subjetividade (os subjetivemas) distinguindo, além dos dêiticos, os termos afetivos, os avaliativos (ou apreciativos) axiológicos e não-axiológicos, os modalizadores, e outros lugares ainda de inscrição no enunciado do sujeito da enunciação (escolha denotativa, seleção e hierarquização das informações etc.). Insistindo nas ambiguidades que pesam sobre as noções de subjetividade/objetividade, a obra chega à conclusão de que “a subjetividade está em todo lugar”, sendo que todos os discursos são marcados subjetivamente, mas segundo formas e graus variáveis.

O cotejo entre as concepções de Benveniste e as de Kerbrat-Orecchioni acerca da subjetividade linguageira desvela que a prática discursiva é proveniente de um processo de interação constante entre indivíduos, construída dialogicamente por formas solidarizáveis entre participantes do ato comunicativo.

Nesse sentido, as formas selecionadas numa comunicação provocam atitude de avaliação em seus participantes. Numa argumentação jurídica, por exemplo, um conceito que nos parece útil é o de sujeito discursivo, assim definido por Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 457):

O sujeito discursivo é uma noção necessária para precisar o estatuto, o lugar e a posição do sujeito falante (ou do locutor) com relação a sua atividade linguageira. Ela leva a considerar as relações que o sujeito mantém com os dados da situação na qual ele se encontra, os procedimentos de discursivização, assim como os saberes, opiniões e crenças que possui e que supõe serem compartilhados pelo seu interlocutor. Sua competência não é mais simplesmente linguística, ela é ao mesmo tempo comunicacional, discursiva e linguística.

A noção de sujeito discursivo projeta-se num nível diferente dos sujeitos que emitem e recebem as mensagens. Por não ter existência real, esse sujeito é construído discursivamente. Para entendermos melhor o universo de atuação dos sujeitos discursivos, um ponto de partida instigante é o termo *ethos* referindo-se à imagem que um ser constrói de si para exercer influência sobre o outro.

Esse outro ou *ethos* manifesta-se em uma “dupla figura do enunciador, aquela de um caráter e de uma corporidade” (MAINGUENEAU, 1984, p.100), numa dada cena de enunciação (espaço instituído, definido pelo gênero e pela dimensão constitutiva do discurso muitas vezes subjacente no contexto de enunciação). O caráter e a corporidade decorrentes do tom do *ethos* ficam na dependência direta dos papéis com os quais se vincula cada gênero e com a imagem que um dado locutor pretende construir de si.

Nesse momento, ele escolherá sua cenografia, a qual será fundamentada em estereótipos ou representações coletivas proeminentes da sua cultura. Cumpre lembrarmos que o *ethos* discursivo será formulado a partir da inspiração oferecida pela imagem previamente concebida pelo locutor em relação ao auditório que ele deseja atingir. A essa representação da pessoa precedente à sua atividade comunicativa dá-se o nome de *ethos* prévio ou pré-discursivo. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

Ainda que esse *ethos* discursivo resulte do conjunto de variáveis psicossociais por que passam os sujeitos, esses, geralmente, desconhecem as implicações de

engendramento do discurso. Pêcheux (1995) ratifica tal pensamento, ao afirmar que o sujeito do discurso “se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina”, ou seja, o discurso construído pelo sujeito é contaminado pela formação discursiva captável das contingências ideológicas.

Ducrot (1987), abordando aspectos da denominada pragmática integrada, estabelece distinção entre sujeito empírico e locutor (ser de discurso); ele diz que o primeiro é exterior ao ato de linguagem, enquanto o outro é um ser nascido para determinada enunciação, motivo pelo qual direciona a perspectiva de leitura do enunciado. Charaudeau (1988e), ao abordar esses vieses da alteridade, assim postula:

[...] o sujeito do discurso é, ao mesmo tempo, sobredeterminado - mas somente em partes – pelos condicionamentos de ordens diversas, livre para operar suas escolhas no momento de focalizar seu discurso. Ele é, ao mesmo tempo, coagido pelos dados da situação de comunicação (contrato) que o conduzem a se comportar discursivamente de uma certa maneira, e livre de se individualizar, o que o leva a usar estratégias.

As interferências dos elementos discursivos interferem, sobremaneira, na noção que temos acerca dos contratos de comunicação, posto que prescrevem as regras que justificam a existência do estado-de-coisas; por isso dificilmente haverá uma uniformidade (a saber: nem sempre o pronome “eu” dirá respeito à pessoa do autor (pode estar reproduzindo discursos de outrem; “você” e “tu” podem não ser exatamente designações de segunda pessoa, mas apenas formas generalizantes; e “nós”, ser uma forma educada de ocultar uma voz autoritária, reacionária).

A rede complexa de alteridade possibilita ao sujeito discursivo tornar-se portador de uma infinidade de vozes enunciativas – polifonia. Explicando melhor:

Ele [o sujeito discursivo] é dividido, pois carrega consigo vários tipos de saberes, dos quais uns são conscientes, outros são não-conscientes, outros ainda, inconscientes. Enfim, ele se desdobra na medida em que é levado a desempenhar alternativamente dois papéis de bases diferentes: papel de sujeito que produz um ato de linguagem e o coloca em cena, imaginando como poderia ser a reação de seu interlocutor, e o papel de sujeito que recebe e deve interpretar um ato de linguagem em função do que ele pensa em função do sujeito que produziu esse ato. Cada um desses papéis conduz o sujeito do discurso a se lançar em operações diferentes. No primeiro caso, ele exerce o papel de codificador; no segundo, o papel de decodificador, sendo ambos produtos de inferências que não são exatamente idênticas entre codificador e decodificador. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 459).

Para resolver esse impasse, os autores supracitados propõem dois tipos de critério:

- (01) a oposição entre locutor externo/interno ao discurso;
- (02) a oposição produção/recepção.

No critério 1, todo sujeito falante corresponde a quem produz um ato de linguagem possui tanto uma identidade social quanto discursiva, sendo, portanto, dotado de intenção comunicativa ao expressar-se num dado processo de enunciação.

No critério 2, os parceiros que interagem no momento enunciativo efetuam trocas de papéis, atuando ora como produtores, ora como receptores e/ou intérpretes dos atos de linguagem.

Prosseguindo, vejamos o quadro 14 a seguir.

SUJEITO	POSIÇÃO DE PRODUÇÃO	POSIÇÃO DE RECEPÇÃO
Externo (ao discurso)	Emissor Locutor Autor	Locutor Interlocutor/Alocutário Ouvinte/Leitor
Interno (ao discurso)	Enunciador Narrador	Destinatário/Alocutário/ Co-enunciador Narratário/Leitor modelo

O sujeito externo ao discurso na posição de produção (emissor/locutor/autor) gera um ato de linguagem que precisa ser compreendido por outro que estará na posição de recepção (receptor/interlocutor; alocutário/ouvinte; leitor). Com o sujeito interno ao discurso na posição de produção (enunciador/narrador/autor modelo) perante aquele que está na posição de recepção (destinatário/alocutário; co-enunciador/narratário/leitor modelo) aparentemente ocorre processo semelhante, pois, apesar de os procedimentos serem os mesmos, os seres do discurso são entidades que se moldam conforme a finalidade e a situação comunicativa.

As diferenças detectadas nas denominações devem-se às várias opções teóricas orientadoras das atividades alusivas ao discurso. As terminologias e as sutilezas que as motivaram têm seu nascedouro no sujeito externo ao discurso, que está na posição de produção.

É essencial que os papéis sejam cumpridos por todos os envolvidos no contrato de comunicação, o que não é tarefa fácil em certos atos, em cujo processo os sujeitos

externo e interno alternam-se na constituição do discurso. Sabemos que isso, por vezes não raras, ocorre porque na comunicação sempre está presente uma *mise-em-scène* (encenação). Assim, [...] “se quisermos interpretar um texto devemos saber quais são os referentes dos pronomes “eu” e “você” (ou “tu”), nele explícita ou implicitamente empregados” (OLIVEIRA, 2003, p.28).

Charaudeau (1983) concebe a criação de dois “eus” e dois “tus” no discurso, quais sejam: eu-comunicante e eu-enunciador, tu-destinatário e tu-interpretante. Mais tarde, Charaudeau e Maingueneau (2004) decidem assim denominá-los: sujeito comunicante e sujeito enunciador, sujeito destinatário e sujeito interpretante. Em tempo, lembramos que os “eus” se responsabilizam pela codificação e os “tus” devem realizar a decodificação.

Oliveira (2003, p. 28-29), ao fazer opção terminológica por “eus” e “tus” em vez de “sujeitos”, justifica-se da seguinte maneira:

O Eu-comunicante e o Tu-interpretante são pessoas reais, com identidade psicossocial, ao passo que o Eu-enunciador e o Tu-destinatário são entidades do discurso, só tendo existência teórica. O Eu-comunicante, portanto, é quem fala ou escreve e o Tu-interpretante é quem ouve ou lê (e interpreta) o texto, seja este oral ou escrito. O Tu-destinatário é a imagem que o Eu-comunicante tem do Tu-interpretante, ou seja, é uma hipótese formulada pelo Eu-comunicante sobre quem seja o Tu-interpretante.

O eu-comunicante ou sujeito comunicante deflagra todo o processo comunicativo, haja vista que ele preexistiu a um projeto de comunicação (na mente desse primeiro sujeito). Além disso, o sujeito comunicante deve ter o cuidado de conceber um sujeito enunciador que corresponda, em termos de imagem, ao que é esperado pelo sujeito interpretante.

Assevera-se que o sujeito comunicante não tem controle do sujeito interpretante, motivo pelo qual inexistem quaisquer garantias de que a imagem construída pelo eu-comunicante, o que corresponde exatamente à caracterização ou alteridade do eu-enunciador, será aceita pelo tu-destinatário, havendo êxito no projeto de comunicação, ou recusa, fazendo toda aquela ideia preexistente ao cumprimento das cláusulas do contrato de comunicação malogre.

Charaudeau, ao aventar essa possibilidade, cria as denominações circuito externo (sujeito comunicante e sujeito interpretante) e circuito interno (sujeito enunciador e sujeito destinatário). No primeiro, estão os seres do mundo real, enquanto, no segundo, seres estritamente do plano discursivo.

A observação mais óbvia é a de que há inegável interdependência entre os circuitos externo e interno, sendo inequívocas quaisquer falhas no que tocante à atuação desses sujeitos. A teoria de Charaudeau torna-se, pois, mais complexa, à medida que transcende o modelo explicativo sobre a comunicação verbal proposto por Jakobson sobre a existência dos conhecidos seis fatores da comunicação (emissor, receptor, canal, mensagem, código e contexto), ao considerar a intencionalidade e a alteridade dos sujeitos envolvidos na situação comunicativa.

Dessa forma, a vertente francófona de Análise de Discurso defendida por Charaudeau torna-se mais densa em suas investigações, por considerar a comunicação além de seu aspecto externo, concebendo sujeitos interiores ao discurso em franca interação, conscientes, não-conscientes ou inconscientes dos papéis que precisam desempenhar.

Patrick Charaudeau atualiza os estudos sobre os sujeitos da comunicação, ao suscitar o entendimento de que ela não se restringe a um elemento, mas ao fato de todos se solidarizarem, a fim de que tanto os sujeitos codificadores da produção (eu-comunicante/sujeito comunicante e eu-enunciador/sujeito enunciador) quanto os decodificadores da recepção (tu-interpretante/sujeito interpretante e tu-destinatário/sujeito destinatário) possam atuar, cada qual no seu papel, com vistas à construção de sentido.

Seguindo a trilha de Charaudeau, verificamos que, além dos “eus” e “tus”, o teórico ainda menciona os “eles” (e “elas”) referindo-se a pessoas, coisas e fatos. (OLIVEIRA, 2003). Sublinhamos que a menção ao pronome “ele”, como referente, pressupõe sua existência no discurso.

Em Maingueneau (2002, p. 133), ao contrário, não aparece o pronome “ele” empregado no singular, pois o autor opta por destacar o “eles” coletivo, justificando-se deste modo:

[O] “eles” coletivo é usado somente no masculino plural e designa uma coletividade, uma pluralidade, considerada globalmente e constituída de indivíduos indeterminados. A coletividade assim designada por “eles” é sempre um grupo bem identificado, e jamais o conjunto do gênero humano [...] Cabe ao co-enunciador identificar seu referente, recorrendo ao contexto.

Salientamos que o “ele”, admitido por Charaudeau, pode evocar personagem, local, evento etc. Aliás, a simples referência a um desses elementos de terceira pessoa torna-o existente no universo do texto, tendo, portanto, força de evidência.

Maingueneau, por sua vez, sempre considera a forma plural “eles”, por entender que todo discurso é produto de coletividade, daí considera-lo polifônico por natureza.

Para esse último, os grupos são identificados, não por si próprios ou por fazerem parte do gênero humano, mas por pertencerem a uma instituição, ou seja, as pessoas são peças que integram uma engrenagem maior, sendo considerada a identidade da empresa ou do grupo em detrimento da individualidade dos sujeitos. Charaudeau atribui essa indeterminação do agente ao *on*.

Quanto ao uso do *on*, Maingueneau (2002) suscita as características:

- sempre faz alusão a um ser humano (diferentemente de um verdadeiro pronome como ele.);
- exerce a função de sujeito;
- não possui variação de gênero ou de número;
- funciona, do ponto de vista morfológico, como uma terceira pessoa.

Para Maingueneau, a representação do elemento *on* torna-se solo fértil para a polivalência, isto é, dependendo do modo como está manipulado no processo enunciativo, pode referir-se: ao enunciador, ao coenunciador; à relação dupla entre enunciador e coenunciador e, até mesmo, à não-pessoa.

Insistindo no pensamento de Maingueneau, constatamos que ele apresenta a particularidade de fazer alusão à subjetividade, sem identificar enunciador em consequente apagamento de primeira, segunda e terceira pessoas que participam da enunciação, ficando toda a ênfase nas estratégias enunciativas, e não em quem as executa. Trata-se, pois, de um sujeito coletivo que instaura no texto argumentos de autoridade.

Charaudeau (1996) toma a expressão *ça parle* de empréstimo a Roland Barthes, em cujos trabalhos, esse último expõe que nos textos há um *il parle* (ele/ela fala) que se opõe a um *ça parle* (isso fala). O *ça* corresponde a um grupo, a uma faixa etária ou a qualquer segmento de que o “eu” é porta-voz. Dito de outro modo, o “eu” reproduz, no discurso, a formação ideológica decorrente das contingências sócio-históricas donde emerge.

De forma mais elucidativa:

Na verdade [...] o “eu” é o menor dos “ças”. Ao descrever a cultura de um povo, por exemplo, podemos, se quisermos um grau maior de detalhamento, decompô-la em várias culturas regionais (no caso de trabalharmos com a variedade geográfica) ou de grupos etários, socioeconômicos, profissionais, etc., podendo chegar até a grupos

menores, como a família e, por fim, ao indivíduo. A personalidade, vista assim, é a cultura de um indivíduo e nesse sentido o “eu” é o menor dos “ças”. (OLIVEIRA, 2003, p.30).

Os textos, orais ou escritos, presenciais ou não-presenciais, de natureza interlocutiva ou monolotiva, sempre trarão *ças*. Mesmo que neles haja somente um sujeito da enunciação, ainda assim o próprio ato de existir torna-o porta-voz de *ças* que se constituem nas relações familiares, sociais, profissionais etc.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que o “eu” é o menor dos *ças*, também é detentor de uma pluralidade desses *ças*, confirmando, portanto, a tese de que o homem se transforma em um pouco de tudo que vive e de todos com os quais convive, tornando-se um ser plural, portanto imerso numa rede de intertextos.

3. Conclusão

A noção de sujeito do processo de comunicação defendida neste estudo não coaduna com a costumeira visão de sujeito defendida nos compêndios gramaticais, posto que se pretendeu discutir o tema numa visão mais filosófica, que permite situar as questões acerca de textualidade para além dos limites da forma ou superfície. Valorizou-se o conceito de sujeito que permite que se veja mais que fatores intralinguísticos ou extralinguísticos, ao abriremos caminho para repensarmos alteridade e intenções subjacentes ao discurso.

Consoante essa tese, fizemos ancoragem mais consubstancial nos pensamentos de Patrick Charaudeau sobre os sujeitos do discurso, em cujo teórico descobrimos a dualidade dos interlocutores no processo de comunicação, ao se bifurcarem em seres reais ou de existência psicossocial (circuito externo: sujeito comunicante v.s. sujeito interpretante) na superfície da situação comunicativa e em seres construídos para a situação discursiva (circuito interno: sujeito enunciador v.s. sujeito destinatário).

Mediante a relevância do conceito de sujeito do discurso para os estudos acerca da construção de significados e sentidos, torna-se um instrumental linguístico profícuo para que se efetive a comunicação jurídica, posto que ao imergirmos em relações dialógicas, questões polifônicas ou formações interdisciplinares e/ou intertextuais, indubitavelmente, estaremos trazendo à baila discussões dialéticas, retóricas, dentre outras, o foco será sempre o ser humano com as inquietações e idiosincrasias que o acompanham desde tempos imemoriais.

REFERÊNCIAS

- DAM, Jean-Michel. *Types de séquences textuelles élémentaires. Pratiques*. Metz, 56: 54-78, dez. 1987.
- BARTHES, Roland et al. *Análise Estrutural da Narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- CHARAUDEAU, Patrick. *De la competencia social de comunicación a las competencias discursivas*. Revista Latinoamericana de Estudios Del Discurso. Caracas, 1(1): 7-22, ago.2001.
- . *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- . *Langage et discours : éléments de sémiolinguistique (théorie et pratique)*. Paris: Hachette, 1983.
- COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil: teoria, análise, didática*. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2000b.
- Condensado da NATIONS BUSINESS. “Fábula moderna da galinha carijó”. In: *Seleções do Reader's Digest*. Washington, jul./1976.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *A interação pela linguagem*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- LISPECTOR, Clarice. “Tentação”. In: *A legião estrangeira*. São Paulo: Ática, 1977.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel & BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.
- OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Categorias do modo argumentativo de organização do discurso e relatores. In: GÄRTNER, Eberhard et al. (orgs.). *Estudos de lingüística textual do português*. Frankfurt: TFM, 2000, p. 173-90.
- . *Língua padrão, língua culta, língua literária e contrato de comunicação*.
- [Inédito]**
- . *Lingüística do texto e descrição do português*. Rio de Janeiro, UFRJ/CEP, 2000.
- [Inédito]**
- OLIVEIRA, Ieda de. *O contrato de comunicação da literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- VERÍSSIMO, L. F. “O Dragão”. In: *Jornal O GLOBO*. Rio de Janeiro, 26/04/03.
- WEINRICH, Harald. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Gredos, 1968.